



12585237



08084.001940/2020-05



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Núcleo de Preparação de Aquisição e Contratação

NOTA TÉCNICA Nº 80/2020/NPAC/COSEG/CGDS/SAA/SE/MJ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08084.001940/2020-05

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de complementação à Nota Técnica nº 79/2020/NPAC/COSEG/CGDS/SAA/SE/MJ (12578876), notadamente quanto à exequibilidade dos preços ofertados pela empresa FUMANCHU CHAVES E SEGURANÇA ELETRÔNICA - EIRELI, CNPJ nº 37.104.635/0001-49.

2. DA EXEQUIBILIDADE

2.1. De início, reafirma-se o exposto na Nota Técnica nº 79

2.4 Por fim, o valor global ofertado pela licitante é de R\$ 73.877,00 (setenta e três mil oitocentos e setenta e sete reais) equivalente a 43% do custo estimado da contratação - R\$ 170.802,89 (cento e setenta mil oitocentos e dois reais e oitenta e nove centavos) -, assim, quanto à exequibilidade dos preços, verifica-se que se encontra dentro da margem estabelecida para os valores máximos admissíveis de cada serviço.

2.2. Entretanto, insta apontar o disposto no artigo 48, II da Lei nº 8.666/93:

Art. 48. Serão desclassificadas:

(...)

*II – propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com **preços manifestamente inexequíveis**, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.* (grifo próprio)

2.3. Contudo, deve-se oportunizar ao licitante a comprovação da exequibilidade do preço ofertado, ante aquele praticado no mercado. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União editou a Súmula nº 262:

O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

2.4. Ainda, o notório jurista Marçal Justen Filho defende que:

Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. A questão é de fato, não de direito. Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular. Essa comprovação poderá fazer-se em face da própria Administração,

pleiteando-se a realização de diligência para tanto. (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14º Ed, São Paulo: Dialética, 2010, p. 660)

2.5. Nesse diapasão, segundo entendimento pacificado do TCU, a exclusão do certame de proposta passível de demonstração de exequibilidade constitui falta grave, visto que os custos decorrentes da execução contratual incidem de maneira diferente sob cada empresa, a depender da sua estratégia, facilidades ou dificuldades que permeiam cada contratação:

*18. Não bastasse essa grave falha, verificou-se que não foi dada ao licitante desclassificado por inexecuibilidade a oportunidade de demonstrar a viabilidade de sua oferta. Essa impropriedade também se afigura grave porque, como firmado na doutrina afeta à matéria e na jurisprudência desta Corte (vide relatório supra), o juízo de inexecuibilidade de uma proposta não é absoluto, mas admite demonstração em contrário. Isso, porque não se pode descartar a possibilidade de que o licitante seja detentor de uma situação peculiar que lhe permita ofertar preço inferior ao limite de exequibilidade estimado pelo contratante. Por exemplo, é **perfeitamente possível que uma empresa, em especial de maior porte, partilhe custos – como infraestrutura, pessoal etc., entre os diversos clientes, resultando em redução nos preços de seus serviços.** Também não se pode descartar que, muitas vezes, a estimação da exequibilidade pelo contratante possa apresentar deficiências, visto que sua visão de mercado não tem abrangência e precisão comparáveis às da empresa que atua no ramo.*

19. Em vista dessas ocorrências, restou prejudicado o contratante que poderia ter obtido melhor preço e, conseqüentemente, uma proposta mais vantajosa. (Acórdão 1.248/2009 Plenário, rel. Min. Augusto Sherman Cavalcanti). (grifo próprio)

2.6. Ademais, consoante informado no Despacho nº 206/2020/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ (12584435), a pregoeira realizou diligência via chat com a licitante, que, por sua vez, informou:

Boa Tarde corrigindo, FOI ERRO DE REDAÇÃO, CONSIDERANDO QUE TEMOS MÃO DE OBRA E MATÉRIA PRIMA PARA EXCURSÃO DOS SERVIÇOS, CONSEGUIMOS SIM MANTER OS PREÇOS INEXEQUÍVEIS REFERENTE AOS ÍTENS, 1,2,3,4,5,6,8,10,12,13,14,15,16,17,18,19,20 e 21 .

2.7. A licitante ratifica, assim, os valores propostos para os itens cujos preços são 30% inferiores da média dos demais ofertados, justificando dispor de insumos próprios que subsidiam a execução dos serviços.

2.8. Assim, conforme entendimentos acima expostos, opina-se pela relatividade da presunção de inexecuibilidade, cabendo à Administração facultar aos participantes do certame a possibilidade de comprovarem a viabilidade das suas propostas.

3. CONCLUSÃO

3.1. Posto isso, tendo em vista que a licitante manifestou expressamente a exequibilidade dos valores propostos, e, uma vez que tais valores encontram-se dentro da margem estabelecida como máxima admissível de cada serviço, verifica-se, pois, a exequibilidade da proposta de preços apresentada pela empresa FUMANCHU CHAVES E SEGURANÇA ELETRÔNICA - EIRELI, CNPJ nº 37.104.635/0001-49.

3.2. Sugere-se, portanto, a restituição do processo à Coordenação de Procedimentos Licitatórios para prosseguimento.

DANIEL FARIAS E OLIVEIRA
Administrador NPAC/COSEG/CGDS

Ciente e de acordo.

LÚCIO ANDRÉ WANDERLEY CORREA DE MELLO
Coordenador de Suprimentos e Serviços Gerais

De acordo.

Encaminhe-se os autos à Divisão de Licitações da Coordenação de Procedimentos Licitatórios para as providências cabíveis.

BRUNO CRESCENTI DE PAIVA

Coordenador-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CRESCENTI DE PAIVA, Coordenador(a)-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais - Substituto(a)**, em 08/09/2020, às 18:59, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL FARIAS E OLIVEIRA, Administrador(a)**, em 08/09/2020, às 19:00, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio André Wanderley Correa de Mello, Coordenador(a) de Suprimentos e Serviços Gerais**, em 08/09/2020, às 19:02, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **12585237** e o código CRC **550913F3**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.